ABORTO E A RELATIVIZAÇÃO DA VIDA HUMANA:

uma análise ética e social sob a perspectiva cristã

Laís de Oliveira Silveira

Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves, Direito,

lasilveris@hotmail.com Maria Eugênia Barbosa

Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves, Direito,

mariaeugeniabarb@gmail.com

RESUMO: Este trabalho discutiu o aborto sob a ótica ética cristã, destacando-se a relativização da vida humana e suas implicações sociais, emocionais e físicas. A pesquisa abordou desde os aspectos históricos até os impactos nas mulheres e na sociedade contemporânea. O foco esteve em como a legalização do aborto pode afetar o direito à vida do nascituro e os direitos reprodutivos da mulher. Concluiu-se que políticas que promovem o apoio à maternidade e à adoção podem ser alternativas viáveis, respeitando-se o princípio da sacralidade da vida humana desde a concepção.

Palavras-chave: aborto; ética cristã; direitos reprodutivos; vida humana; adoção.

1 INTRODUÇÃO

O tema do aborto tem sido objeto de intensos debates ao longo dos anos, envolvendo-se aspectos morais, jurídicos e religiosos. No Brasil, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, garante a inviolabilidade do direito à vida, o que fundamenta a criminalização do aborto no país, exceto em situações excepcionais previstas em lei. Essa proteção à vida reflete não apenas o ordenamento jurídico brasileiro, mas também a forte influência cristã na formação dos valores sociais e morais, que preconizam a sacralidade da vida desde a concepção.

Sob a ótica cristã, a vida humana é considerada sagrada desde o momento em que começa sendo protegida pelo mandamento "Não matarás" (Êxodo 20:13). Esse princípio se torna um ponto central no embate ético com as reivindicações contemporâneas pelos direitos reprodutivos das mulheres. A questão que se coloca é: até que ponto a interrupção da vida do nascituro pode ser considerada uma solução para os problemas sociais e de saúde enfrentados por mulheres em situações de vulnerabilidade?

Diante deste cenário, este trabalho buscou refletir sobre o impacto da legalização do aborto, questionando-se como a eliminação de uma vida pode ser uma resposta adequada a

situações complexas, como a gravidez resultante de estupro ou riscos à saúde da mulher. Além disso, foi investigado como a linguagem utilizada no debate sobre o aborto pode influenciar a percepção pública e suavizar as implicações morais do procedimento. A justificativa para este estudo foi a necessidade de uma análise profunda sobre o tema do aborto, considerando-se os princípios bioéticos e as pressões sociais por flexibilizações na legislação. O objetivo principal foi demonstrar que o aborto, além de ser um crime contra a vida, agrava o sofrimento das mulheres, perpetuando-se um ciclo de violência. Em contrapartida, alternativas como o apoio à maternidade e à adoção são apresentadas como soluções viáveis e mais compatíveis com o respeito à dignidade humana.

A estrutura deste trabalho está dividida em cinco capítulos. O primeiro apresentou uma análise histórica, ética e legal do aborto, examinando-se suas raízes e implicações ao longo do tempo. No segundo capítulo, discutiu-se os limites da moralidade no debate sobre o aborto, especialmente em situações de vulnerabilidade. O terceiro capítulo abordou a manipulação linguística no discurso sobre o aborto e como o uso de eufemismos molda a opinião pública. No quarto, foram detalhados os métodos violentos do aborto e seus impactos no corpo da mulher.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Perspectiva histórica, ética e legal do aborto

O aborto, desde os tempos antigos, tem sido uma prática presente em diversas sociedades, abordada sob perspectivas diferentes e justificada de inúmeras formas. A princípio, civilizações como a Grécia e Roma tratavam o aborto como uma prática relativamente comum, muitas vezes ligada ao controle populacional e à preservação de determinadas normas sociais. Entretanto, a visão cristã sobre a sacralidade da vida humana, desenvolvida posteriormente, seria responsável por moldar grande parte da moralidade e da legislação ocidental, especialmente a partir da Idade Média.

Na Grécia Antiga, filósofos como Platão e Aristóteles abordaram o aborto de forma pragmática. Platão, em sua obra ‘A República’, argumentou que o aborto poderia ser aceitável em determinadas circunstâncias, especialmente quando fosse necessário para manter o controle populacional e garantir a estabilidade do Estado. Ele mencionou que as crianças nascidas de pais com mais de quarenta anos deveriam ser eliminadas, caso a gravidez não fosse desejada, para evitar a superpopulação e a desordem social (Platão, A República, Livro V). Já Aristóteles,

em sua obra 'Política', defendeu que o aborto seria justificável até o momento em que o feto ganhasse "vida sensitiva", ou seja, antes de o feto ter consciência ou sentir, o que ele considerava ocorrer aproximadamente no final do primeiro trimestre da gravidez. Aristóteles menciona que "(...) o aborto deveria ser praticado antes que o embrião tenha adquirido sensação e vida" (Política, Livro VII, Capítulo 16). Esses argumentos refletem o entendimento desses pensadores de que o aborto era uma prática aceitável, desde que ocorresse em estágios iniciais da gestação. No entanto, a visão de que a vida começa com a sensibilidade do feto, defendida por Aristóteles, contrasta com a perspectiva cristã, que considera a vida humana sagrada desde a concepção. Posteriormente, com a expansão do cristianismo a partir do século I, a concepção de vida humana como inviolável desde o início da gestação se consolidou, alterando-se profundamente a moralidade em torno do aborto.

A tradição judaico-cristã, que ganhou força com o crescimento da Igreja Católica no Ocidente, começou a combater o aborto como uma prática contrária aos princípios da dignidade humana. Conforme o cristianismo se tornava mais influente nas legislações europeias, o aborto passou a ser condenado de forma sistemática, sendo punido severamente, como visto no Concílio de Elvira (305 d.C.), onde o aborto foi explicitamente considerado um pecado grave. A ética cristã, baseada no mandamento "Não matarás" (Êxodo 20:13), defende que a vida é um dom divino e, portanto, inviolável. Nesse contexto, o cristianismo ajudou a formar a base moral e legal que condena o aborto na maior parte do Ocidente até os dias de hoje. No Brasil, a legislação segue esse princípio, penalizando-se o aborto em quase todos os casos, exceto quando há risco de vida para a mãe, anencefalia do feto ou em casos de estupro, conforme previsto no Código Penal Brasileiro.

Assim, a evolução histórica da prática do aborto, desde a Antiguidade até os dias atuais, revela um profundo embate entre visões pragmáticas e filosóficas, como as de Platão e Aristóteles, e a perspectiva ética cristã que influencia diretamente as legislações modernas. Essa transformação reflete não apenas um desenvolvimento de valores morais, mas também um crescente debate sobre os limites entre o direito à vida do nascituro e os direitos reprodutivos da mulher.

2.2 Os limites da moralidade no debate sobre o aborto

O debate sobre o aborto vai muito além de uma simples questão de escolha individual.

Ele toca diretamente em dilemas éticos e morais profundos que, ao longo da história, têm desafiado as sociedades a refletir sobre o valor da vida humana; sob essa ótica, o aborto levanta questões cruciais. Se, por um lado, a defesa do aborto em casos de violação dos direitos da mulher, como na gravidez decorrente de violência sexual, pode ser compreendida sob a ótica dos direitos reprodutivos, por outro, é inevitável questionar o impacto dessa prática no valor intrínseco da vida. Pergunta-se: até que ponto a sociedade pode justificar o término de uma vida humana em função de circunstâncias adversas?

A Igreja Católica, uma das instituições que mais influenciaram o debate sobre o aborto ao longo dos séculos, oferece uma visão clara sobre a sacralidade da vida desde a concepção. O Catecismo da Igreja Católica afirma de maneira categórica que "(...) ninguém, em circunstância alguma, pode reivindicar o direito de dar a morte diretamente a um ser humano inocente" (Catecismo da Igreja Católica, n.º 2258). Esta perspectiva, fundamentada em passagens bíblicas, como o Salmo 139, que declara "(...) tu formaste o meu interior; tu me teceste no ventre de minha mãe" (Salmo 139:13-16), reflete uma ética de proteção incondicional à vida. Desde a concepção, o ser humano é dotado de dignidade, e qualquer interrupção de sua vida seria considerada uma violação moral grave.

Além disso, o livro do Êxodo, uma das bases do pensamento judaico-cristão, reforça o mandamento "Não matarás" (Êxodo 20:13), estabelecendo-se um princípio fundamental da moral cristã contra o assassinato, independentemente das circunstâncias. Para os defensores dessa ética, o aborto seria uma forma de homicídio, uma vez que interrompe a vida de um ser humano inocente. Em paralelo, obras como 'The Ethics of Abortion' de Christopher Kaczor oferecem uma análise filosófica que complementa essa visão moral. Kaczor argumenta que, se considerado o feto como um ser humano desde a concepção, nenhuma justificativa é suficiente para legitimar sua morte. Ele levanta um ponto incisivo: "Se o nascituro é um ser humano, nenhuma justificativa para o aborto é adequada para justificar sua morte, assim como nenhuma justificativa para matar uma criança de três anos seria aceitável" (Kaczor, 2011). Nesse sentido, o ato de abortar se torna eticamente injustificável, pois envolve a destruição de uma vida humana inocente.

No entanto, outros argumentos frequentemente trazidos à tona envolvem o direito da mulher sobre o seu próprio corpo e a necessidade de preservar sua saúde física e psicológica. Sob essa perspectiva, o aborto seria considerado uma escolha legítima para evitar o sofrimento prolongado. Ainda assim, a visão cristã desafia essa perspectiva, argumentando-se que a violência nunca pode ser uma resposta moralmente aceitável para outra violência. Essa visão se

alinha à crítica de que, ao legitimar o aborto em casos de vulnerabilidade, estar-se-ia reforçando uma lógica de ultraviolência, na qual o sofrimento é combatido por meio de mais dor e perda. Assim, os limites da moralidade no debate sobre o aborto envolvem uma tensão entre o direito à vida e os direitos reprodutivos. Por um lado, há o argumento da autonomia da mulher, que precisa ser considerado em contextos de extrema vulnerabilidade. Por outro lado, a sacralidade da vida, defendida tanto pela tradição cristã quanto por correntes filosóficas como a de Kaczor, impõe um dilema ético que nos obriga a refletir: até onde a sociedade pode ir ao decidir quem tem o direito de viver e quem não tem?

2.3 A manipulação linguística

A linguagem desempenha um papel crucial na maneira como as sociedades percebem e discutem temas polêmicos como o aborto. A etimologia da palavra “aborto” ajuda a esclarecer parte do peso cultural e moral atribuído a essa prática. Derivada do latim “abortus”, composta pela partícula *ab-* (prefixo que indica afastamento) e *ortus* (referente ao nascimento), a palavra “abortus” significa literalmente “privação do nascimento”. Desde a origem, o termo carrega consigo a ideia de interrupção de um processo natural, marcando-se o ponto de partida para o debate moral e ético em torno da interrupção da gestação.

A manipulação linguística no contexto do aborto se dá principalmente pela escolha das palavras que descrevem o ato e os envolvidos. O uso dos termos “feto” e “bebê” é um exemplo claro de como a linguagem pode moldar a percepção pública sobre a vida intrauterina. Enquanto “feto” é uma palavra técnica, clínica e desprovida de qualquer carga emocional, “bebê” evoca imagens de ternura, cuidado e humanidade. A escolha de um termo ou outro em discussões públicas ou jurídicas não é acidental; ela reflete uma tentativa consciente de moldar a opinião pública sobre o status moral e legal da vida no útero.

Além disso, o uso de eufemismos no discurso sobre o aborto serve para suavizar o impacto emocional e moral do procedimento. Ralph Keyes, em seu livro ‘Euphemania: Our Love Affair with Euphemisms’, explica que eufemismos são frequentemente usados para mascarar as realidades desconfortáveis da vida, como a morte ou a violência, tornando-as mais palatáveis. Termos como “interrupção voluntária da gravidez” substituem o termo “aborto”, desviando o foco do fim da vida do feto para a ideia de escolha da mulher. Keyes destaca que, ao suavizar a linguagem, cria-se uma distância emocional que permite lidar de forma mais objetiva com questões moralmente controversas, como o aborto (Keyes, 2010).

A questão do aborto se torna ainda mais interessante quando observada a diferença linguística em outras línguas, como o inglês. No inglês, há uma distinção clara entre os termos "abortion" (aborto induzido) e "miscarriage" (aborto espontâneo). Essa distinção é importante porque o termo "abortion" está associado a uma decisão consciente de interromper a gravidez, enquanto "miscarriage" refere-se a uma perda não intencional. A escolha de um termo ou outro no discurso público reflete mais do que uma diferença técnica: ela carrega implicações morais sobre a natureza do ato. O termo "miscarriage" evoca empatia e tragédia, enquanto "abortion" traz consigo o peso da escolha deliberada e das implicações éticas dessa decisão.

Além do uso de eufemismos, a linguagem pode ser uma ferramenta de controle cultural. O escritor Wesley J. Smith, em seu livro 'Culture of Death: The Assault on Medical Ethics in America', discute como a linguagem pode ser usada para alterar a percepção pública sobre práticas controversas, como o aborto. Smith argumenta que o aborto, originalmente considerado uma prática trágica e indesejada, foi gradualmente transformado em um "direito" através da manipulação linguística. Termos como "direito reprodutivo" e "autonomia corporal" deslocam a atenção do fato de que uma vida está sendo interrompida, concentrando-se, em vez disso, nos direitos individuais da mulher (Smith, 2000). Dessa forma, a linguagem é usada para moldar e controlar a opinião pública, minimizando-se as implicações morais do aborto e se criando uma nova norma cultural que legitima essa prática. Assim, a manipulação linguística não apenas suaviza o impacto moral do aborto, mas também cria uma narrativa que se desvia da realidade biológica. O termo "interrupção da gravidez", por exemplo, evita mencionar o fim da vida de um feto, focando-se apenas no processo físico da gravidez. Da mesma forma, referir-se ao feto como "produto da concepção" ou "material gestacional" desumaniza o ser em desenvolvimento, facilitando-se a aceitação moral e legal do aborto.

Portanto, a escolha das palavras no debate sobre o aborto não é meramente semântica. Ela reflete disputas profundas sobre valores morais e éticos, moldando-se como a sociedade compreende e justifica o ato. A linguagem, em última análise, é uma ferramenta poderosa para definir os limites do que é considerado aceitável ou não em uma sociedade, e no caso do aborto, ela tem sido fundamental na transformação cultural que o legitimou como uma prática amplamente aceita em muitos contextos.

2.4 Os procedimentos violentos do aborto e seus efeitos no corpo da mulher

O aborto, por sua própria natureza, é um procedimento violento e devastador, tanto para o bebê que está sendo eliminado, quanto para o corpo e a mente da mulher que o realiza. O impacto dessa prática vai muito além de uma simples interrupção da gestação; ele envolve métodos brutais que resultam em danos físicos e psicológicos profundos. Fisicamente, o corpo da mulher é submetido a procedimentos invasivos e, muitas vezes, traumatizantes. Em estágios iniciais da gravidez, o aborto pode ser feito por meio de medicamentos como o 'misoprostol', que provoca contrações intensas, levando à expulsão do bebê ainda em formação. Esse processo, embora pareça "menos invasivo", causa uma série de complicações: dores extremas, hemorragias significativas e o risco de infecções graves, especialmente quando partes do corpo do bebê ou da placenta permanecem no útero, criando um ambiente propício para septicemia.

No entanto, à medida que a gravidez avança, os métodos tornam-se ainda mais brutais. No aborto por dilatação e evacuação (D&E), que é realizado tipicamente após o primeiro trimestre, o procedimento se transforma em um ato de extrema violência contra o bebê. A mulher passa por um processo doloroso de dilatação do colo do útero, que é forçado a abrir mais do que seria naturalmente possível nesse estágio da gravidez. Em seguida, um instrumento chamado fórceps é inserido para extrair o bebê. Nesse ponto, o bebê é grande demais para ser removido por completo, então, ele é desmembrado membro por membro. Os braços e as pernas são literalmente arrancados do corpo do bebê com o uso dos fórceps. O médico agarra e torce cada um dos membros até que se soltem do tronco, em um processo conhecido como decapitação. A cabeça do bebê, muito grande para passar pelo colo do útero dilatado, é esmagada. O médico pressiona os fórceps em volta do crânio do bebê, comprimindo-o até que o osso se parta. Esse ato de decapitação é necessário para retirar o bebê do útero. Durante todo o processo, o bebê, embora sem consciência plena, está vivo e com o coração batendo até que sua cabeça seja esmagada e removida.

O aborto por D&E é uma experiência terrivelmente traumática para o corpo da mulher. Além das dores físicas agudas durante e após o procedimento, há o risco de perfurações uterinas devido ao uso de instrumentos afiados, o que pode levar a hemorragias severas, infecções e, em alguns casos, à necessidade de uma histerectomia de emergência (remoção completa do útero), resultando-se em infertilidade permanente. Além disso, a remoção forçada de pedaços do bebê pode deixar fragmentos de ossos ou tecidos dentro do útero, aumentando-se o risco de septicemia, uma infecção potencialmente fatal. Após o procedimento, muitas mulheres enfrentam efeitos colaterais físicos severos que podem perdurar por semanas, como dores intensas, sangramentos descontrolados e complicações infecciosas que exigem hospitalização.

Esses impactos físicos imediatos são devastadores, mas o que é menos visível, porém igualmente brutal, são os efeitos mentais e psicológicos duradouros.

O ato de ver ou imaginar o que acontece durante o aborto — a destruição física do bebê, os membros sendo arrancados e a cabeça esmagada — deixa muitas mulheres em um estado de trauma psicológico permanente. O processo de abortar, especialmente em estágios mais avançados, não é apenas uma decisão física; é uma decisão que marca a psique da mulher de forma indelével. ‘Síndrome Pós-Aborto’ é um termo comumente usado para descrever o conjunto de sintomas mentais que acompanham a mulher após o aborto, como depressão, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), culpa, vergonha, arrependimento e, em muitos casos, pensamentos suicidas. O peso emocional de saber que um bebê foi destruído dentro de seu próprio corpo é esmagador para muitas mulheres.

Para algumas mulheres, o sofrimento psicológico prolongado pode durar anos. Elas frequentemente revivem o procedimento em suas mentes, imaginando o bebê que poderiam ter concebido, sentindo-se responsáveis por uma vida que foi interrompida. O trauma também pode afetar suas relações com futuros filhos. Algumas mulheres relatam dificuldades em se conectar emocionalmente com crianças que nascem após um aborto, pois temem reviver a dor e o trauma da perda anterior. O medo de julgamento, seja por parte de familiares, amigos ou da sociedade, apenas agrava o sofrimento emocional, aprisionando a mulher em um ciclo de culpa e silêncio.

O aborto, portanto, não é apenas um procedimento médico. Ele é, essencialmente, uma violência praticada tanto contra o bebê quanto contra a mulher. A destruição física de um bebê — a quem são arrancados os braços, pernas e esmagada a cabeça — é uma realidade que não pode ser suavizada. Os efeitos dessa violência reverberam no corpo e na mente da mulher, levando-a a enfrentar as consequências físicas e emocionais de uma decisão que a sociedade muitas vezes trata de maneira superficial. O aborto, particularmente nos estágios mais avançados, é um procedimento chocante e traumático, cujos impactos físicos e mentais são devastadores. Ele não termina com a expulsão do bebê. O sofrimento perdura no corpo, na mente e no espírito da mulher, a deixando com cicatrizes profundas e duradouras que refletem a verdadeira natureza da violência envolvida.

2.5 O caso de Klara Castanho: um exemplo dos impactos emocionais, sociais e éticos nas decisões sobre gravidez em contextos violentos

O caso de Klara Castanho destacou a dor e a vulnerabilidade extrema que as mulheres enfrentam em situações de gravidez resultante de violência sexual. Em 2022, a atriz brasileira

teve sua história pessoal brutalmente exposta quando profissionais de saúde violaram seu direito à privacidade ao revelarem informações sobre o parto e a posterior entrega do bebê para adoção. Klara, vítima de estupro, tomou a difícil decisão de seguir com a gestação e, conforme os direitos assegurados pela legislação brasileira, entregou o bebê para adoção imediatamente após o parto. A divulgação desse momento íntimo e doloroso resultou em um julgamento público implacável, o que tornou sua experiência um reflexo das dificuldades enfrentadas por muitas mulheres. O impacto emocional que Klara enfrentou ao tomar a decisão de entregar o bebê para adoção é um reflexo do sofrimento que muitas mulheres carregam em situações semelhantes. A decisão de não criar o bebê, mesmo em circunstâncias tão devastadoras como a violência sexual, é marcada por um intenso sofrimento emocional. A adoção, embora seja uma alternativa legal e moralmente respeitável, não deixa de ser uma decisão profundamente dolorosa para a mãe. O vínculo natural que se forma durante a gestação e o fato de carregar uma vida dentro de si não desaparecem facilmente com a entrega do bebê.

Klara Castanho relatou o peso emocional dessa escolha em sua carta aberta, onde descreve a violência sofrida, o trauma de descobrir a gravidez e a dor de seguir com a gestação para, então, tomar a decisão final de não ficar com o bebê. Ela carregou a gravidez até o fim, mas optou por seguir um caminho que considerava menos traumático, tanto para si quanto para o bebê, dado o contexto da concepção. Esse sofrimento revela uma das dimensões mais complexas da maternidade: o ato de entregar um bebê para adoção, mesmo em circunstâncias extremas como o estupro, não está isento de uma carga emocional devastadora. A mulher, nesse caso, carrega a dor da gestação, o trauma da violência sexual e a difícil escolha de abrir mão de seu filho para que ele tenha uma vida em um ambiente que ela acredita ser melhor. Esse tipo de decisão envolve um peso psicológico duradouro, que muitas vezes é subestimado pela sociedade.

Entretanto, quando se trata de mulheres que, em vez de entregarem o bebê para adoção, optam por interromper a gestação por meio do aborto, o sofrimento pode ser ainda mais profundo e complexo. Diferente da adoção, onde a mulher sabe que o bebê terá a chance de viver, o aborto envolve a interrupção definitiva da vida que se desenvolve dentro dela. Em muitos casos, as mulheres que decidem abortar carregam, posteriormente, sentimentos intensos de arrependimento, culpa e desespero.

As histórias de mulheres que optaram pelo aborto e, mais tarde, se arrependeram, revelam um sofrimento psicológico ainda mais difícil de ser mensurado. O arrependimento pós-aborto pode desencadear uma série de problemas emocionais, como depressão, ansiedade e

até transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Ao contrário da adoção, onde a mulher pode, em algum nível, encontrar consolo ao saber que o bebê foi entregue a uma família, o aborto encerra definitivamente a possibilidade de vida, o que deixa a mulher com uma sensação de perda irreversível. Muitas mulheres que se arrependem de ter abortado relatam que o vazio emocional é difícil de superar. Elas revivem o momento da decisão repetidamente, questionando-se sobre o que poderia ter sido diferente e como suas vidas teriam se desenvolvido se tivessem optado por dar continuidade à gestação. O aborto, portanto, não apenas põe fim a uma vida, mas pode também abrir caminho para anos de luto e culpa, uma vez que a mulher enfrenta as consequências de ter tomado uma decisão irreversível.

A comparação entre o sofrimento vivido por Klara Castanho, que escolheu entregar seu bebê para adoção, e o sofrimento de mulheres que optam pelo aborto revela um ponto crucial: ambas as decisões são emocionalmente devastadoras, mas o arrependimento pós-aborto adiciona uma camada extra de sofrimento. O ato de interromper uma vida gera uma dor psicológica profunda, especialmente quando a mulher reflete sobre as alternativas que poderiam ter sido seguidas. No caso de Klara Castanho, apesar da dor e do julgamento público, ela conseguiu seguir um caminho onde sabia que o bebê teria a chance de viver, mesmo que em outra família. Para as mulheres que abortam, essa chance de vida é permanentemente negada, o que aumenta o sofrimento psicológico, principalmente quando o arrependimento entra em cena. O sentimento de perda não é apenas simbólico; ele é visceral, real e, em muitos casos, impossível de ser remediado.

O sofrimento das mulheres, seja por adoção ou aborto, revela as profundas consequências emocionais e psicológicas que decisões tão complexas carregam. O caso de Klara Castanho serve como um exemplo claro de como o sistema legal, a mídia e a sociedade precisam tratar essas questões com mais empatia e compreensão. A dor que acompanha essas escolhas não pode ser subestimada ou tratada de forma superficial. É necessário um apoio psicológico adequado para que essas mulheres possam lidar com as consequências emocionais dessas decisões, sejam elas a entrega do bebê para adoção ou a interrupção da gestação. Em resumo, o caso de Klara Castanho destaca a dor da mulher que escolhe dar à luz e entregar o bebê para adoção. Mas também nos leva a refletir sobre o sofrimento, talvez ainda mais profundo, daquelas que optam pelo aborto e, posteriormente, se arrependem dessa decisão. Em ambos os casos, o impacto emocional é profundo e duradouro, e a sociedade deve estar preparada para apoiar essas mulheres em suas jornadas de cura e recuperação.

2.6 O aborto como um ato irreversível: uma decisão sem volta

O aborto é, por definição, uma decisão definitiva. Ao interromper a gestação, a vida do bebê é permanentemente interrompida, sem qualquer possibilidade de reversão. Essa irreversibilidade é o que torna o arrependimento pós-aborto devastador para muitas mulheres, uma vez que, após a decisão tomada, não há como desfazer o ato. O sofrimento gerado por essa escolha pode ser profundo e duradouro, conforme se viu anteriormente com as consequências físicas e psicológicas do procedimento e os dilemas emocionais enfrentados por mulheres em situações extremas, como no caso de Klara Castanho. Diferentemente da adoção, onde a mãe pode, de alguma forma, encontrar consolo no fato de que seu bebê terá a oportunidade de viver, o aborto traz um fim definitivo à vida do bebê. Esse fato, por si só, carrega uma carga emocional significativa, que muitas mulheres só percebem em toda sua magnitude após o procedimento. Uma vez realizada a interrupção, o processo não pode ser revertido, e o peso dessa decisão começa a se manifestar de formas psicológicas muitas vezes inesperadas.

Conforme visto no caso de Klara Castanho, entregar um bebê para adoção já é uma escolha extremamente difícil e emocionalmente dolorosa. Para mulheres que optam pelo aborto, o arrependimento pode ser ainda mais intenso, pois o fim da vida é final, e não há nenhuma oportunidade de reconsideração ou reversão. O arrependimento pós-aborto muitas vezes envolve sentimentos profundos de culpa, tristeza e vazio, à medida que a mulher lida com a realidade de que uma vida foi perdida para sempre. Exemplos reais de mulheres que se arreponderam dessa decisão ilustram as dificuldades que muitas enfrentam ao lidar com o caráter irrevogável do aborto. Mayara Amaral, no Brasil, é um exemplo claro de como o arrependimento pode surgir depois de um momento de desespero e vulnerabilidade. Ela descreveu o aborto como uma tentativa de resolver um problema imediato, mas que acabou deixando uma cicatriz emocional que nunca se curou. Assim como Klara, que sofreu com a dor da entrega do bebê, Mayara enfrentou a dor do arrependimento de uma escolha que não podia mais ser desfeita.

No cenário internacional, há vários relatos que também refletem o peso dessa irreversibilidade. A atriz americana Jennifer O'Neill, após abortar em um momento de vulnerabilidade, sentiu uma profunda culpa e arrependimento. Em entrevistas, ela afirmou que o aborto foi uma decisão definitiva que a marcou para o resto da vida: "O aborto é uma decisão sem volta, e eu tive que viver com isso todos os dias desde então". O relato de O'Neill é um lembrete de como a interrupção da vida de um bebê pode ter um impacto duradouro e irreversível na mulher. Gianna Jessen, uma sobrevivente de aborto, também trouxe à luz o

impacto da irreversibilidade desse ato. Gianna sobreviveu a um aborto por envenenamento salino e, desde então, testemunha sobre o valor da vida e as consequências trágicas de interrompê-la. Sua história revela o que poderia ter sido: "Eu sou a prova viva do que acontece quando uma vida é interrompida. No meu caso, eu sobrevivi, mas muitos outros não têm a mesma chance." A história de Jessen destaca como o aborto não só elimina uma vida, mas também deixa um vazio para aqueles que, de alguma forma, sobrevivem ou lidam com a decisão de eliminar uma vida. Esses relatos evidenciam que o aborto não apenas interrompe a vida de um bebê, mas também cria um luto irreversível para as mulheres que o realizam. Enquanto em decisões como a adoção há um caminho de redenção ou reconciliação com a escolha, o aborto impede qualquer tipo de revisão ou reparação. O bebê não está mais lá, e a mulher deve carregar esse fato pelo resto de sua vida.

As consequências emocionais dessa irreversibilidade incluem transtornos de estresse pós-traumático (TEPT), depressão, ansiedade e sentimento de culpa. O sofrimento mental associado ao arrependimento é exacerbado pela certeza de que a vida foi interrompida para sempre. Muitos dos depoimentos de mulheres que abortaram destacam a dificuldade de superar o luto por um bebê que nunca pôde viver. Organizações como a 'Silent No More Awareness Campaign' são exemplos de como essas histórias de arrependimento são compartilhadas e reconhecidas internacionalmente. Mulheres como Georgette Forney, cofundadora da organização, relatam suas histórias de arrependimento pós-aborto, alertando outras sobre as consequências emocionais dessa decisão. Forney abortou aos 16 (dezesseis) anos e, anos depois, descreveu o peso emocional dessa escolha: "O que eu pensei que era uma escolha de liberdade acabou se tornando um peso que carrego até hoje. Não há como voltar atrás, não há conserto para o que foi feito". Esses relatos são parte de uma discussão maior sobre como o arrependimento pós-aborto é muitas vezes negligenciado nas conversas sobre direitos reprodutivos. A ênfase na escolha e na autonomia frequentemente ignora as consequências emocionais irreversíveis que muitas mulheres enfrentam após o aborto. Enquanto algumas mulheres encontram paz com a decisão, outras, como as relatadas acima, vivem com um fardo emocional que não pode ser apagado.

Em conclusão, o aborto é uma decisão definitiva e sem volta. Diferente de outras escolhas reprodutivas, ele elimina qualquer possibilidade de reconsideração, o que deixa muitas mulheres com o fardo emocional de uma vida que foi interrompida para sempre. Os casos de Jennifer O'Neill, Gianna Jessen e Mayara Amaral, assim como muitos outros, são lembretes de que a irreversibilidade do aborto não deve ser subestimada. O arrependimento, em muitos casos,

não pode ser desfeito, e o luto por uma vida perdida acompanha essas mulheres ao longo de suas vidas. A natureza irreversível dessa escolha deve ser profundamente considerada, pois ela afeta não apenas o bebê, mas também a mulher, que carrega consigo as marcas de uma decisão que nunca pode ser revertida.

3 CONCLUSÃO

O aborto, em toda sua essência, representa mais do que um simples ato médico. Ele carrega consigo implicações profundas e irreversíveis que envolvem a vida do bebê, o corpo da mulher e o tecido moral da sociedade. Ao longo deste trabalho, ficou claro que o debate sobre o aborto vai muito além da escolha individual da mulher ou das circunstâncias em que uma gravidez ocorre. Ele envolve a interrupção definitiva de uma vida, algo que não pode ser revertido, nem corrigido, uma vez decidido. A análise dos métodos brutais do aborto, dos impactos físicos e psicológicos profundos, e dos exemplos reais de arrependimento demonstram que a legalização ou aceitação do aborto como solução para problemas sociais, como gravidez indesejada ou fruto de violência sexual, não resolve a questão central: a vida interrompida. O ato de tirar a vida de um bebê, independente das circunstâncias, deixa consequências devastadoras que não podem ser simplesmente ignoradas ou suavizadas por argumentos de autonomia ou direitos individuais.

Os casos analisados, como o de Klara Castanho, reforçam que mesmo diante de escolhas consideradas alternativas, como a entrega para adoção, a mulher sofre de maneira intensa e prolongada. Quando essa escolha é substituída pelo aborto, o sofrimento torna-se ainda mais profundo, pois não há uma segunda chance, não há volta para reparar o que foi perdido. A vida que poderia ter existido foi eliminada, e esse fardo emocional recai sobre a mulher, independentemente da justificativa dada no momento da decisão. Portanto, o aborto não pode ser visto como uma solução para os problemas enfrentados por mulheres em situações de vulnerabilidade. Ele é, sim, um crime contra a vida, algo que não pode ser justificado pela proteção dos direitos reprodutivos ou pela tentativa de aliviar o sofrimento de uma mulher. A violência nunca pode ser combatida com mais violência, e a morte de um inocente nunca deve ser tratada como uma solução viável. Pelo contrário, o aborto apenas intensifica o sofrimento, perpetuando um ciclo de dor e arrependimento que não traz alívio, mas sim uma carga emocional que muitas vezes dura para o resto da vida.

Ao chegar ao fim desta análise, a conclusão é inevitável: o aborto é um ato definitivo e irreversível, um crime que não resolve as questões sociais que pretende abordar. Em vez de oferecer uma solução, ele cria problemas, deixando-se mulheres emocionalmente despedaçadas e sem a possibilidade de reverter suas escolhas. A verdadeira solução para os desafios enfrentados pelas mulheres deve ser encontrada em alternativas que preservem a vida e respeitem a dignidade humana, tanto da mulher quanto do bebê. A defesa incondicional da vida, desde a concepção, é o único caminho que pode levar a uma sociedade verdadeiramente comprometida com a justiça, a moralidade e o respeito ao ser humano.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Renato. **Caso Klara Castanho: um ato de dignidade e vários atos de crueldade.** JusBrasil, 2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/caso-klara-castanho-um-ato-de-dignidade-e-varios-atos-de-crueldade/1635534180>. Acesso em: 25 set. 2024.
- AMARAL, Mayara. **Relato sobre arrependimento pós-aborto.** Gazeta do Povo, 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/relato-arrependimento-aborto/>. Acesso em: 25 set. 2024.
- CORREIO BRAZILIENSE. **Klara Castanho relata estupro e entrega de bebê para adoção: “doloroso”.** Correio Braziliense, 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2022/06/5018030-klara-castanho-relata-estupro-e-e-ntrega-de-bebe-para-adoacao-doloroso.html>. Acesso em: 25 set. 2024.
- FORNEY, Georgette. **Silent No More: The Emotional Pain of Abortion.** Silent No More Awareness, 2024. Disponível em: <https://www.silentnomoreawareness.org/testimonies/georgette-forney/>. Acesso em: 25 set. 2024.
- JESSEN, Gianna. **Gianna Jessen: Survivor of Abortion.** Gianna Jessen, 2024. Disponível em: <https://www.giannajessen.com/survivor/>. Acesso em: 25 set. 2024.
- KIS, Cássia. **Cássia Kis relembra arrependimento por ter feito aborto: “hoje corro atrás de mulheres para não fazerem”.** Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/gente/noticia/2022/05/cassia-kis-relembraarrependimento-por-terfeito-aborto-hoje-corro-atras-de-mulheres-para-nao-fazeremcl33bpdaf005g0167wt5qbpzz.html>. Acesso em: 25 set. 2024.

O'NEILL, Jennifer. **Jennifer O'Neill: Life After Abortion**. Disponível em: <https://www.jenniferoneill.com/life-after-abortion/>. Acesso em: 25 set. 2024.

RAMALHO, Elba. **Testemunho de conversão de Cássia Kis e Elba Ramalho aplaudido nas redes sociais**. Aleteia, 2022. Disponível em: <https://pt.aleteia.org/2022/05/16/redes-sociais-aplaudem-testemunhos-de-conversao-de-cassia-kis-e-elba-r-amalho>. Acesso em: 25 set. 2024.

SMITH, Wesley J. **Culture of Death: The Assault on Medical Ethics in America**. New York: Encounter Books, 2000.